

ELEMENTOS DE PRINCIPIOLOGIA CONSTITUCIONAL

Constitutional principiology elements

André Alexandre Happke*

“Um Direito sem princípios nunca houve verdadeiramente.” Joseph Esser

1 RESUMO

No período em que o movimento identificado atualmente como pós-positivismo desenvolveu-se, ganhou força a teoria da normatividade dos princípios. Relegados anteriormente a argumento metajurídico, passou-se a encará-los como norma jurídica cogente. Assume-se, portanto, que esses princípios têm a natureza jurídica, identificada com base nesse atual enfoque, de norma jurídica. É possível dizer podem os princípios ser considerados um prisma através do qual se lêem as regras – marcando assim a idéia de que princípios e regras são espécies do gênero norma jurídica. Para isso, fique claro que se trabalha com o fato de esses princípios estarem atualmente positivados na Constituição. Merece registro o fato de que se abordou aqui a (in)existência propriamente de uma hierarquia entre princípios e regras no ordenamento. Também um conceito de princípio foi objeto de ensaio, com base na exploração da configuração conceitual de autores que se destacaram no trato desse tema. Nesse passo, foram ainda objeto de estudo algumas classificações propostas e divisão de funções entre princípios e regras.

Palavras-chave: Princípios. Normatividade. Hierarquia normativa. Regras. Norma jurídica.

* Juiz de Direito do Estado de Santa Catarina. Professor da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unesc). Mestrando em Ciência Jurídica no CPCJ/Univali. Área de Concentração: Fundamentos do Direito Positivo. Linha de Pesquisa: Hermenêutica e Principiologia Constitucional. Orientador: Prof. Dr. Paulo de Tarso Brandão (aah10546@tj.sc.gov.br – Av. Anchieta, 722, Fórum da Justiça, Centro, Anchieta, SC, CEP 89.970-000, fone/fax: 49-3653-3000).

2 ABSTRACT

In the period when the nowadays identified movement *after positivism* was developed, the *normativity principle theory* has won force. Before relegated to a meta-legal argument, they were seen as obligatory legal norm. It's assumed that these *principles* had the *legal nature*, identified from this current concept, of legal norm. It's possible to say, the *principles* may be considered by an approach which *rules* are read – and we have the idea that the *principles and rules* are specie from sort *legal norm*. The working fact is that these *principles* are nowadays in the Constitution. It's important to say that we've written about the (in)existence of a *properly hierarchy between principles and rules* in the order. Also a concept of principle was an essay object, from the exploration of conceptual configuration from authors who detach in the study of the theme. In this way, some *classification and division between principle and rules function* were study objects.

Keywords: Principles. Normativity. Normative hierarchy. Rules. Legal norm.

3 INTRODUÇÃO

O presente artigo foi desenvolvido com base nos Seminários apresentados para a disciplina de Teoria dos Princípios Constitucionais no Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciência Jurídica (CPCJ) da Universidade do Vale do Itajaí (Univali), lecionada pelo Professor Doutor Paulo Márcio Cruz.

O propósito da abordagem é reunir elementos necessários para, posteriormente, no desenvolvimento da dissertação para a obtenção do título de Mestre em Ciência Jurídica, trazer uma abordagem sobre os princípios que se entendem vulnerados no tema objeto daquele trabalho, em especial, demonstrar a importância de se resguardarem os princípios¹.

Sabe-se que ao tratar de princípios – palavra conceito por demais amplo – muitas leituras diferentes são possíveis. Ainda que se voltem os olhos apenas

1 Sobre a importância dos princípios do jusconstitucionalismo atual, do texto do doutorando Arnaldo Boson Paes transcreve-se: "O estudo dos princípios ocupa hoje destacado espaço na Teoria do Direito, com reflexos diretos para a compreensão do Direito Constitucional. Mais que isso. A formulação de consistente teoria acerca dos princípios jurídicos vem determinando a revisão dos estudos constitucionais, impondo o reexame do conceito de norma, interpretação e eficácia do sistema constitucional" (PAES, 2006, p. 1).

para os significados advindos da ciência jurídica, as diversas correntes e movimentos que se utilizaram desse termo ainda geram bastante reflexão.

Será objeto de trabalho aqui uma leitura dos princípios com base na visão delineada pela teoria da normatividade dos princípios (atribuída a Robert Alexy), que colocou os princípios como espécie, ao lado das regras, do gênero mais abrangente denominado normas jurídicas. Dessarte, não se trata de algo acima ou além da lei, nada de metajurídico, mas, sim, espécie que convive com as regras e orienta sua produção, como observou Paulo Márcio Cruz (2004, p. 100).

Um pequeno histórico de como se chegou a isso será apresentado. Também será abordada a questão da hierarquia dos princípios dentro do ordenamento, as classificações e as funções (e eficácias) identificadas da espécie princípio, os critérios de distinção entre os princípios e as regras. A configuração conceitual possível dentro da visão atual dos princípios também será buscada nos autores diversos que enfrentam o tema. Importa destacar que se tratará de princípios enquanto positivados², ou seja, inseridos no ordenamento jurídico pátrio.

Utilizou-se aqui do método indutivo e da pesquisa bibliográfica, certamente sem pretensão de exaurir os exames possíveis neste artigo, uma vez que se espera desenvolver mais a questão na dissertação que está em andamento.

Registra-se, por fim, que o conteúdo da bibliografia referida delineou os limites teóricos desta abordagem.

4 ELEMENTOS DE PRINCIPIOLOGIA CONSTITUCIONAL

4.1 Etimologia: a palavra princípio e a necessária pré-compreensão do tema

Para Luís-Diez Picazo (1983 apud BONAVIDES, 2005, p. 255-256), deriva da Geometria, “onde designa verdades primeiras”, são “as premissas de todo um sistema que se desenvolve more geométrico”. Esse autor ainda

2 “A ‘positivação’ dos princípios gerais do Direito e a transformação deles em princípios jurídicos ‘positivados’ operam-se entre duas alternativas metodológicas. Pela primeira, a ‘positivação’ implica resgate desses princípios no universo do direito natural. Pela segunda, a ‘positivação’ é consequência do descobrimento desses princípios no interior do ‘Direito positivo’. Esta última posição é corolário da idéia da não transcendência dos princípios gerais de direito” (ESPÍNDOLA, 1998, p. 53).

desenvolveu, com base no ensinamento do jurista espanhol F. de Castro, destacado por Bonavides, que “os princípios são verdades objetivas, nem sempre pertencentes ao mundo do ser, senão do dever-ser, na qualidade de normas jurídicas, dotadas de vigência, validade e obrigatoriedade” (BONAVIDES, 2005, p. 256). Seria uma “verdade jurídica universal”, na esteira do estudo de Bonavides com relação a F. de Clemente (apud BONAVIDES, 2005, p. 256). Nesse estágio, Bonavides entendeu que o defeito na abordagem era a falta da idéia de normatividade (BONAVIDES, 2005).

Bonavides (2005) ainda apresentou a investigação doutrinária de Guastini, que recolhera da doutrina e da jurisprudência seis distintos conceitos do vocábulo “princípio”, todos vinculados a disposições normativas. Primeiro, princípio se refere à norma provida de algum grau de generalidade. Segundo, devido ao seu alto grau de indeterminação, é necessária a concretização por via interpretativa, sem o que não seria suscetível sua aplicação em casos concretos. Terceiro, percebeu que os juristas utilizam a palavra princípio para se referir a normas de caráter programático. Quarto, utilizam igualmente a palavra para se referir a normas cuja posição hierárquica das fontes de Direito é muito elevada. Quinto, é usada a palavra para designar normas que desempenham função importante e fundamental no sistema jurídico ou político. Sexto, valem-se os juristas da expressão em questão para normas dirigidas aos órgãos de aplicação, cuja específica função é fazer a escolha dos dispositivos ou das normas aplicáveis nos diversos casos.

4.2 Breve histórico

Em Bonavides (2005, p. 259) encontramos a afirmação de que “a juridicidade dos princípios passa por três distintas fases: a jusnaturalista, a positivista e a pós-positivista”.

O momento jusnaturalista, mais antigo e tradicional, segundo Bonavides (2005, p. 259) se valeu da técnica da codificação e permitiu a institucionalização dos direitos naturais, “esfera filosófico-axiológica para ganhar os trâmites concretos da normatividade jurídica”, como assinalou o mestrando Assis. Nesse quadro, Bonavides entende que o resultado foi a inteira abstração e a normatividade nula e duvidosa, contrastando-se isso com o “reconhecimento de sua dimensão ético-valorativa de idéia que inspira os postulados de justiça” (2005, p. 259). Concluiu então que “[o] ideal de justiça, no entendimento dos autores jusnaturalistas, impregna a essência dos princípios gerais de

Direito” (2005, p. 261 e 262); todavia, essa derivação axiomática arrastou ao descrédito seu conteúdo³.

Seguiu-se a esse primeiro momento o positivista, com o advento da Escola Histórica do Direito. Nessa quadra, tão forte o rechaço ao Direito Natural, que se chegou a substituir a palavra princípio por idéia, como ocorreu na obra clássica de Del Vecchio (1948 apud BONAVIDES, 2005, p. 260), como resultado do que Assis (2006) chamou de devaneios cientificistas. Mais adiante, com o questionamento de Bobbio (1957 apud BONAVIDES, 2005, p. 260) sobre a localização (externa ou interna ao sistema) dos princípios gerais do Direito, passou-se a desenvolver o que depois Bonavides (2005) chamou de ressurreição do jusnaturalismo no século XX, sobretudo na Alemanha, onde sobre o eterno retorno a esse momento, Wolf (1955 apud BONAVIDES, 2005, p. 261) escreveu: “Ninguém sabe nada de seguro acerca desse Direito Natural, mas todo mundo sente com segurança que ele existe”.

Nesse segundo momento, os princípios passaram a entrar nos códigos como fonte normativa subsidiária, mas eram considerados apenas complementares, e não algo que se sobrepusesse à lei. Para Flórez-Valdéz (1990 apud BONAVIDES, 2005, p. 263), cujo ensinamento Bonavides trouxe a lume, os princípios se induzem por via de abstração ou de sucessivas generalizações a partir do próprio Direito Positivo. Assim, o valor dos princípios seria o de derivarem eles das próprias leis. Não obstante, o comportamento juspositivista, por via de regra, leva à carência de normatividade, ocasionando sua irrelevância jurídica⁴.

Finalmente, com o pós-positivismo⁵ (ou neopositivismo) os princípios passam a ser tratados como direito. Essa época corresponde aos grandes

3 Merece aqui transcrição o trecho de obra de Garcia de Enterría trazida por Bonavides: “Em conclusão e em resumo, podemos dizer que a diferença mais destacada entre a tendência histórica ou positivista e a jusnaturalista radica em que esta última afirma a insuficiência dos princípios extraídos do próprio ordenamento jurídico positivo, para preencher as lacunas da lei, e a necessidade consequente de recorrer aos do Direito Natural (demais, com todas as garantias que temos visto), enquanto que a corrente positivista entende que se pode manter dentro do ordenamento jurídico estatal, com os princípios que deste se podem obter por analogia. [...] Mas esta é, antes de tudo, uma questão lógica: a suficiência ou insuficiência do ordenamento jurídico; e só depois de resolvida, sem agitar o fantasma do Direito Natural, dever-se-ia começar a determinar caso a conclusão seja a da insuficiência, os métodos de suprir essas lacunas” (ENTERRIA apud BONAVIDES, 2005, p. 262).

4 Bobbio (apud BONAVIDES, 2005, p. 263-264) afirmou que: “O nome de princípios induz em engano, tanto que é velha questão entre juristas se os princípios são ou não normas” e destacou: “Para mim não há dúvida: os princípios gerais são normas como todas as demais”.

5 “O pós-positivismo identifica um conjunto de idéias difusas que ultrapassam o legalismo estrito do positivismo normativista, sem recorrer às categorias da razão subjetiva do jusnaturalismo. Sua marca é a ascensão dos valores, o reconhecimento da normatividade dos princípios e a essencialidade dos direitos fundamentais. Com ele, a discussão ética volta ao Direito. O pluralismo político e jurídico, a nova hermenêutica e

momentos constituintes das últimas décadas do século XX, identifica Bonavides (2005).

Não obstante, a idéia de normatividade, segundo Bonavides (2005), referendado por Espíndola (1998, p. 55)⁶, foi afirmada categórica e precursoramente, em excelente e sólida conceituação formulada em 1952 por Crisafulli (1952 apud BONAVIDES, 2005, p. 257), nos seguintes termos:

Princípio é, com efeito, tora norma jurídica, enquanto considerada como determinante de uma ou de muitas outras subordinadas, que a pressupõem, desenvolvendo e especificando ulteriormente o preceito em direções mais particulares (menos gerais), das quais determinam, e, portanto, resumem, potencialmente, o conteúdo: sejam, pois, estas efetivamente postas, sejam, ao contrário, apenas dedutíveis do respectivo princípio geral que as contém.

As críticas que vieram com Dworkin, observou Bonavides, trouxeram abaixo o velho positivismo ortodoxo e também o jusnaturalismo, e, ao mesmo tempo, traçaram e caracterizaram o ângulo novo de normatividade definitiva reconhecida aos princípios. Para esse tratamento dos princípios como direito, Dworkin (1978 apud BONAVIDES, 2005, p. 265) propõe rejeitar três dogmas da doutrina precedente:

o da distinção entre o Direito de uma comunidade e os demais padrões sociais (*social standards*) aferidos por algum test na forma de regra suprema (*master rule*); referente à doutrina da discrição judicial – a discricionariedade do juiz.

E, ainda,

o terceiro, compendiado na teoria positivista da obrigação legal, segundo a qual uma regra estabelecida de Direito – uma lei – impõe tal obrigação, podendo ocorrer, todavia, a hipótese de que num caso complicado (*hard case*), em que tal lei não se possa achar, inexistiria a obrigação legal, até que o juiz formulasse nova regra para o futuro.

É na escalada da doutrina pós-positivista que se começou a reconhecer a normatividade dos princípios, erigindo-se “os princípios a categorias de normas, numa reflexão profunda e aperfeiçoadora” (BONAVIDES, 2005, p. 266), o que nos leva então ao principal veio do conteúdo deste trabalho. Sobre o tema, Paes (2006, p. 2) esclarece:

a ponderação de interesses são componentes dessa reelaboração teórica, filosófica e prática que fez a travessia de um milênio para o outro” (BARROSO, 2004, p. 342).

- 6 “O primeiro a afirmar a normatividade dos princípios foi Crisafulli”, destacando ainda que “normatividade” que referiu é “apenas como *qualidade de norma = normatividade*.”

Na fase pós-positivista, fruto da superação dialética dos modelos jurídicos tradicionais, os princípios são proclamados normas jurídicas, podendo, assim como as regras, imporem obrigação legal. Na atual sociedade de massas, complexa, fundada no pluralismo, o Direito reflete os antagonismos e contradições, sendo impossível organizá-la exclusivamente com base em normas fechadas. Dessa sociedade já denominada pós-moderna resulta a necessidade do reconhecimento do caráter normativo, vigente e eficaz dos princípios jurídicos, que contém uma pauta axiológica, agasalhando os valores da sociedade.

4.3 Princípios, regras e normatividade

Para se ter uma idéia do avanço do tratamento doutrinário sobre a normatividade dos princípios, trago à colação o pensamento de Espíndola (1998, p. 55):

Hoje, no pensamento jurídico contemporâneo, existe unanimidade em se reconhecer aos princípios jurídicos o *status* conceitual e positivo de norma de direito, de norma jurídica. Para este núcleo de pensamento, os princípios têm positividade, vinculatividade, são normas, obrigam, têm eficácia positiva e negativa sobre comportamentos públicos ou privados bem como sobre a interpretação e a aplicação de outras normas, como as regras e outros princípios derivados de princípios de generalizações mais abstratas.

Na atual fase, pontifica Espíndola (1998, p. 59), os princípios que antes estavam aprisionados a redutoras concepções privatistas percorreram um caminho metodológico e passaram da servil normatividade no Direito Privado à senhora juridicidade no Direito Público; saltaram dos Códigos para as Constituições, nos termos do autor referido (1998, p. 60).

Merece também referência, nessa esteira, o pensamento de Paes (2006, p. 1):

A doutrina tradicional formulou múltiplas funções e abordou a problemática de sua caracterização e natureza, entretanto não lhe reconhecia o que ostenta de mais importante e que está consagrada pela doutrina contemporânea, isto é, sua natureza normativa, constituindo espécie do gênero norma de Direito.

Como visto, vai já bem longe o pensamento de que os princípios seriam apenas preceitos de ordem moral e política, meras exortações. Considerando o dado de que foi sua juridicidade desenvolvida a partir de serem apartados e delineados os conceitos de regras e princípios. Esse é um momento primeiro da explanação a seguir.

4.3.1 Critérios distintivos: princípios versus regras

Em Cruz (2004), obra que serviu de norte aos seminários referidos na introdução, os princípios são considerados elementos de coesão e consistência, tornando possível a incorporação de valor à regra. Nesse passo:

Um ordenamento jurídico, mesmo nos moldes mais herméticos, não é um simples amontoado de regras esparsas, produto da vontade de quem está no poder naquele determinado momento. Quando é assim, o Estado Democrático de Direito de não está presente e não se pode dizer que há um pressuposto de civilização contemporânea a orientar a produção de normas jurídicas (CRUZ, 2004, p. 99).

O conceituado Professor catarinense vem – nesse pensamento – acompanhado do Ministro do Supremo Tribunal Federal Eros Roberto Grau, a opinião de que “[...] um sistema ou ordenamento jurídico não será jamais integrado exclusivamente por regras” (GRAU, 1990, p. 95 apud ESPÍNDOLA, 1998, p. 50).

Por sua vez, Diego (1948 apud BONEVIDES, 2005, p. 261), no Prólogo à tradução espanhola do livro de Del Vecchio, trouxe que “as regras particulares não são realmente inteligíveis se não forem postas em relação com os princípios dos quais descendem”.

Roboram, pois, a conclusão de Cruz, de que um sistema baseado apenas em regras seria de racionalidade prática limitada. Delineia, então, com base em Canotilho, que a disciplina jurídica, em tal situação, deveria ser exaustiva, em legalismo extremo, fixando em termos definitivos as premissas e os resultados das regras jurídicas. Embora com isso viesse um “sistema de segurança”, não seria um sistema aberto⁷ (característica que considera necessária no caso do sistema constitucional), não haveria espaço para nenhuma complementação e desenvolvimento.

Pois bem, com o ilustre professor português destacam-se os critérios de distinção entre princípios e regras, classificação que é trazida a lume por vários outros autores pesquisados:

Grau de abstração: os princípios são normas com um grau de abstração relativamente elevado; de modo diverso, as regras possuem uma abstração relativamente reduzida;

7 Claus-Wilem Canaris ensina que “a abertura significa a incompletude do conhecimento científico, e a propósito do último, a mutabilidade dos valores jurídicos fundamentais” (CANARIS, 1996, p. 281 apud BARROSO, 2004, p. 332).

Grau de determinabilidade: na aplicação do caso concreto: os princípios, por serem vagos e indeterminados, carecem de mediações concretizadoras (do legislador? do juiz?), enquanto as regras são suscetíveis de aplicação direta;

Caráter de fundamentalidade no sistema das fontes de direito: os princípios são normas de natureza ou com um papel fundamental no ordenamento jurídico devido à sua posição hierárquica no sistema das fontes (ex: princípios constitucionais) ou à sua importância estruturante dentro do sistema jurídico (ex: princípio do Estado de Direito);

'Proximidade' da idéia de direito: os princípios são 'standards' juridicamente vinculantes radicados nas exigências de 'justiça' (Dworkin) ou na 'idéia de direito' (Larenz); as regras podem ser normas vinculativas com um conteúdo meramente funcional;

Natureza normogenética: os princípios são fundamentos de regras, isto é, são normas que estão na base ou constituem a 'ratio' de regras jurídicas, desempenhando, por isso, uma função normogênica fundamentante (CANOTILHO, 1995, p. 167).

Ainda nos critérios distintivos, com base no estudo de Bonavides, J. Boulanger, considerado pelo primeiro como o mais insigne precursor da normatividade dos princípios, professor da Faculdade de Direito de Lille, assim ensinou:

Há entre princípio e regra jurídica não somente uma disparidade de importância mas uma diferença de natureza. Uma vez mais o vocabulário é a fonte de confusão: a generalidade da regra jurídica não se deve entender da mesma maneira que a generalidade de um princípio (BOULANGER, 1950, p. 56 apud BONAVIDES, 2005, p. 267).

Isso porque o referido acadêmico francês entende que a generalidade das regras corresponde à circunstância de que vem editada para um número indeterminado de atos ou fatos, mas tem especialidade por tratar apenas de atos ou fatos, contemplando uma situação jurídica determinada. Já os princípios, estes comportam uma série indefinida de aplicações. Lembra, ainda, que o vocabulário técnico e crítico de filosofia de Lalande assim define: "Chamam-se princípios, dizem os filósofos, o conjunto de proposições diretivas às quais todo o desenvolvimento ulterior se subordina" (BOULANGER, 1950, p. 56 apud BONAVIDES, 2005, p. 267).

Em Espíndola, encontra-se o histórico de que ainda em Esser (1961 apud ESPÍNDOLA, 1998, p. 61) distinguiram-se princípios de normas – como categorias pertencentes a tipos conceituais distintos. Ainda assim, norma se

sobreponha a princípio, dogmática e normativamente. Depois, “devido aos acréscimos teórico-analíticos de Dworkin e Alexy, pacificou-se a distinção entre regras e princípios como espécies do gênero norma de direito” (ESPÍNDOLA, 1998, p. 61).

Sobre a doutrina de Dworkin, Espíndola (1998, p. 64) refere que “em ‘Taking Rights Seriously’, estabeleceu mais dois critérios, baseados em duas idéias: a primeira, a do ‘tudo ou nada’, e a segunda, a do ‘peso’ ou da ‘importância’”. Nesse passo, no que tange às regras, ou são aplicáveis por completo ou não são – absolutamente – aplicáveis. Já com relação aos princípios, não se aplicam automática e necessariamente quando as condições previstas como suficientes para sua aplicação se manifestam. Quando há conflito entre princípios, eles não se invalidam mutuamente, como acontece com as regras, mas, sim, um ou outro cedem espaço e se mitigam.

Na diferenciação anotada por Barroso (2004, p. 327-328), as regras “contêm relato mais objetivo, com incidência restrita às situações específicas às quais se dirigem”, e os princípios “têm maior teor de abstração e uma finalidade mais destacada no sistema”.

Mesmo com essa distinção⁸, há que se reconhecer o amálgama comum entre ambos, além da idéia de que se tratam de espécies de mesma hierarquia dentro do ordenamento (o que será ainda objeto de estudo adiante), porém, com funções distintas — é a lição de Cruz (2004, p. 101). Também por entender a distinção como particularmente complexa, Espíndola (1998, p. 66) remete a duas questões fundamentais – a da função dos princípios e a da existência de um denominador comum,

pertencendo à mesma ‘família’ e havendo apenas uma diferença do grau (quanto à generalidade, conteúdo informativo, hierarquia das fontes, explicitação do conteúdo, conteúdo valorativo), ou se, pelo contrário os princípios e as regras são suscetíveis de uma diferenciação qualitativa.

É o que será estudado em seguida.

8 Há de se mencionar, por rigor científico, existir ainda quem divida o gênero *norma* em *princípios*, *regras* e *valores*. Espíndola (1998, p. 63) identificou isso, e com ele justificamos passar ao largo dessa classificação *trinária*. “[...] por razões metodológicas e científicas: primeiro, a construção principialista de Canotilho [...] não tematiza a categoria ‘valor como integrante do gênero norma jurídica; segundo no discurso dos juristas brasileiros, o material bibliográfico sobre ‘valores jurídicos’ é um tanto escasso e recente”. Sobre a classificação que inclui valores: ARAGON, Manuel. *Constitución Española*. Dir. Pedro Viegas. Madrid: Tecnos, 1990. p. 85-97.

4.3.2 Funções dos princípios e sua eficácia

A partir do que alguns doutrinadores então passaram a estudar como funções dos princípios (destacaram-se aqui a argumentativa, a fundamentadora, a interpretativa e a supletiva), surgem também suas eficácias ou o resultado coercível de suas funções. Conjugou-se aqui uma leitura desses aspectos.

Com relação à face argumentativa e de retórica dos princípios, Espíndola (1998, p. 66) considera ser seu caráter multifuncional, pois, assim, permite denotar a *ratio legis* de uma disposição ou revelar normas que não são expressas por qualquer enunciado legislativo, possibilitando assim aos atores jurídicos o desenvolvimento, a integração e complementação do direito.

Na face fundamentadora – que se liga à eficácia negativa a seguir examinada –, os princípios dão suporte ao ordenamento em que se inserem. Silva (2005, p. 95) assinala que são *summa genera* do direito constitucional, fórmulas básicas ou postos-chaves de interpretação e construção teórica do constitucionalismo.

De acordo com a visão de Barroso (2004, p. 327), os princípios ainda servem de

[...] guia para o intérprete, cuja atuação deve pautar-se pela identificação do princípio maior que rege o tema apreciado, descendo do mais genérico ao mais específico, até chegar à formulação da regra concreta que vai reger a espécie. Estes os papéis desempenhados pelos princípios: a) condensar valores; b) dar unidade ao sistema; c) condicionar a atividade do intérprete.

Seria essa a função interpretativa – ligada à eficácia interpretativa que se verá adiante – na qual o papel cumprido é o de orientação às soluções jurídicas a serem processadas diante dos casos submetidos à apreciação do intérprete. Vetores de sentido jurídico às demais normas, na visão de Espíndola (1998, p. 68).

Por fim, na função supletiva sua tarefa é a integração do Direito, suplementando espaços aparentemente “vazios” regulatórios da ordem jurídica ou ausências de sentido regulador constatáveis em regras ou em princípios de maior grau de densidade normativa (ESPÍNDOLA, 1998, p. 68).

Na doutrina de Barroso (2004, p. 377), releva o estudo da eficácia dos princípios, considerada como atributo associado às normas e que consiste na consequência jurídica que deve resultar de sua observância, podendo

se valer pela coerção – exigência judicial de seu cumprimento. Três são as modalidades, segundo esse autor.

Para a eficácia positiva ou simétrica (associada à maioria das regras), o objetivo é reconhecer àquele que seria beneficiado pela norma, ou simplesmente àquele que deveria ser atingido pela realização de seus efeitos, a existência de direito subjetivo a esses efeitos. Assim, é possível pleitear tutela específica da situação contemplada no texto legal.

Com relação à eficácia interpretativa, pode-se exigir do Judiciário que as normas de hierarquia inferior sejam interpretadas de acordo com as de hierarquia superior a que estão vinculadas. Mesmo dentro da própria Constituição, essa eficácia pode operar, em relação aos princípios, embora não haja hierarquia entre normas constitucionais. Para Barroso (2004, p. 378),

a eficácia dos princípios constitucionais, nessa acepção, consiste em orientar a interpretação das regras em geral (constitucionais e infraconstitucionais), para que o intérprete faça a opção, dentre as possíveis exegeses para o caso, por aquela que realiza melhor o efeito pretendido pelo princípio constitucional pertinente.

A chamada eficácia negativa⁹ é a que autoriza a declaração de invalidade de todas as normas ou atos que vulnerem os efeitos pretendidos pela norma (seja por revogação, seja por não recepção, seja por inconstitucionalidade, no caso de princípios constitucionais).

Por fim, a eficácia vedativa de retrocesso. É uma derivação da eficácia negativa já vista. Sua ligação é especialmente destacada com relação aos direitos fundamentais. Pressupõe essa eficácia que esses princípios sejam concretizados por meio das normas infraconstitucionais e que, com base no direito constitucional em vigor, um dos efeitos gerais pretendidos é a progressiva ampliação dos direitos fundamentais. Desse modo,

a vedação do retrocesso propõe se possa exigir do Judiciário é a invalidade da revogação de normas que, regulamentando o princípio, concedam ou ampliem direitos fundamentais, sem que a revogação em questão seja acompanhada de uma política substitutiva ou equivalente. Isto é: a invalidade, por inconstitucionalidade, ocorre quando se revoga uma norma infraconstitucional concessiva de um direito, deixando um vazio em seu lugar (BARROSO, 2004, p. 379).

9 Para Espíndola (1998, p. 67), eficácia derogatória.

Ao encerrar esse trecho de seu estudo, Barroso lembra que a atribuição de modalidades de eficácia aos princípios constitucionais vem contribuindo para a construção de sua normatividade. Contudo, somente produzem “o resultado a que se destinam se forem acompanhadas da identificação cuidadosa dos efeitos pretendidos pelos princípios e das condutas que realizem o fim indicado pelo princípio ou que preservem o bem jurídico por ele protegido” (BARROSO, 2004, p. 380).

Na doutrina de Cruz (2004, p.107), encontramos a síntese da idéia, nas características apontadas pelo Professor do Mestrado da Univali. Segundo ele, os princípios condicionam toda criação, interpretação e aplicação do Direito, ou seja, por serem gerais; além disso, condicionam os outros princípios constitucionais, ou seja, por serem primários; e, por fim, condicionam os valores expressos em todo ordenamento jurídico, ou seja, por sua dimensão axiológica.

4.3.3 Hierarquia (diferenciação qualitativa) entre princípios e regras

De outra parte, a relação de hierarquia (em Cruz) ou diferenciação qualitativa (em Espíndola) vem bem delineada em Barroso (2004, p. 328), que afirma, categoricamente, que “inexiste hierarquia entre ambas as categorias [regras e princípios], à vista do princípio da unidade da Constituição. Isso não impede que princípios e regras desempenhem funções distintas dentro do ordenamento”. De fato o que verifica é que são dois planos distintos, campos de atuação complementares, embora os princípios inspirem a leitura de regras, não se sobrepõem a elas. Nesse aspecto, o professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro assenta:

A distinção qualitativa entre regra e princípio é um dos pilares da moderna dogmática constitucional, indispensável para a superação do positivismo legalista, em que as normas se cingiam a regras jurídicas. A Constituição passa a ser encarada como um sistema aberto de princípios e regras, permeável a valores jurídicos suprapositivos, no qual as idéias de justiça e de realização dos direitos fundamentais desempenham um papel central. A mudança de paradigma nessa matéria deve especial tributo à sistematização de Ronald Dworkin. Sua elaboração acerca dos diferentes papéis desempenhados por regras e princípios ganhou curso universal e passou a constituir o conhecimento convencional da matéria (BARROSO, 2004, p. 328).

A teor, então, da teoria do professor de Harvard, as regras (tudo ou nada) têm comando objetivo e não dão margem a elaborações mais sofisticadas acerca de sua incidência. Uma regra somente deixará de incidir sobre a hipótese de fato que contempla se for inválida, se houver outra mais específica ou se não estiver em vigor. O critério de sua aplicação é, portanto, a subsunção.

Seguindo em Dworkin, com os princípios (pesos e importâncias), há maior carga valorativa, há fundamento ético, há decisão política relevante – tudo a indicar uma direção a seguir. Existem, ainda, diferentes princípios, que abrigam decisões, valores e fundamentos diversos, e por vezes até contrapostos. Quando se deparar com tal situação, o intérprete utiliza-se da lógica dialética do sistema e, “à vista dos elementos do caso concreto, o intérprete deverá fazer escolhas fundamentadas, quando se defronte com antagonismos inevitáveis [...] A aplicação do princípio se dá, predominantemente, mediante ponderação” (BARROSO, 2004, p. 328-329) (*Teoría de los derechos fundamentales*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1993. p. 81 e s.).

Barroso, ainda em sua obra pesquisada para este artigo, trouxe um resumo das idéias centrais de Robert Alexy, sobre o qual repousam as premissas trabalhadas nesta fase da normatividade dos princípios. *In verbis*:

As regras veiculam mandados de definição, ao passo que os princípios são mandados de otimização. Por essas expressões se quer significar que as regras (mandados de definição) têm natureza biunívoca, isto é, só admitem duas espécies de situação, dado seu substrato fático típico: ou são válidas e se aplicam ou não se aplicam por inválidas. Uma regra vale ou não vale juridicamente. Não são admitidas gradações. A exceção da regra ou é outra regra, que invalida a primeira, ou é a sua violação.

Os princípios se comportam de maneira diversa. Como mandados de otimização, pretendem eles ser realizados da forma mais ampla possível, admitindo, entretanto, aplicação mais ou menos intensa de acordo com as possibilidades jurídicas existentes, sem que isso comprometa sua validade. Esses limites jurídicos, capazes de restringir a otimização do princípio, são (i) regras que o excepcionam em algum ponto e (ii) outros princípios de mesma estatura e opostos que procuram igualmente maximizar-se, impondo a necessidade eventual de ponderação (BARROSO, 2004, p. 329).

Sobre essa ponderação entre princípios, Barroso (2004, p. 330) a refere como uma técnica (de ponderação de valores ou de interesses) pela qual se procura estabelecer o peso relativo de cada um dos princípios contrapostos.

Reconhece a inexistência de um critério abstrato que imponha supremacia de um sobre outro princípio. Nem sequer o legislador poderia escolher, arbitrariamente, entre um e outro, sob pena de violar o texto constitucional. Isso deve ser balizado pelo princípio da razoabilidade¹⁰ e pela preservação de núcleo mínimo do valor que esteja cedendo passo. Com relação, ainda, ao mecanismo, considera que “A vanguarda do pensamento jurídico dedica-se, na quadra atual, à busca de parâmetros de alguma objetividade, para que a ponderação não se torne uma fórmula vazia, legitimadora de escolhas arbitrárias” (BARROSO, 2004, p. 331).

Encerro com Barroso (2004, p. 331) a discussão da distinção qualitativa, ao afirmar o autor que nem sempre é singela essa tarefa e que “as dificuldades decorrem de fatores diversos, como as vicissitudes da técnica legislativa, a natureza das coisas e os limites da linguagem”.

4.3.4 Classificações de princípios

Após estudar em Cruz as classificações de Barroso (2004, p. 374-376), José Afonso da Silva¹¹, Jorge Miranda (2002 apud CRUZ, 2004, p. 109-110) e Canotilho (apud CRUZ, 2004, p. 111-112), para os limites deste artigo, consideramos a eleição da síntese classificatória elaborada pelo Professor da Univali (CRUZ, 2004, p. 112-114) com base em tais autores como a mais adequada para ser aqui apresentada, por estar em consonância com os demais elementos estudados e com os conceitos operacionais adotados.

Na esteira da doutrina de Cruz, portanto, os princípios constitucionais dividem-se em três tipos: os político-ideológicos, os fundamentais gerais e os específicos.

Os político-ideológicos são aqueles que possuem dimensão axiológica fundamental. Seriam os princípios dos princípios; estão em nossa Constituição de 1988 no art. 4º. Esses princípios orientam os demais inscritos na Constituição e possuem um grau de concretude muito baixo.

10 Barroso (2004, p. 333-334) traz, a respeito: “O princípio da razoabilidade é um mecanismo para controlar a discricionariedade legislativa e administrativa. Ele permite ao Judiciário invalidar atos legislativos ou administrativos quando: (a) não haja adequação entre o fim perseguido e o meio empregado; (b) a medida não seja exigível ou necessária, havendo caminho alternativo para chegar ao mesmo resultado com menor ônus a um direito individual; (c) não haja proporcionalidade em sentido estrito, ou seja, o que se perde com a medida tem maior relevo do que aquilo que se ganha”.

11 Cf. CRUZ (2004, p. 107-108).

Os fundamentais gerais, ao contrário desses, possuem alto grau de concretude e aplicabilidade (aparecem no art. 5º e em seus incisos).

Finalmente, os princípios específicos são os que orientam determinada parte do Direito Constitucional. A maioria deles, na Constituição vigente, estaria localizada nos trechos que tratam de determinadas matérias, como aqueles relativos ao campo do direito trabalhista, tributário, econômico. Assim, sinala Cruz (2004, 112-114) que

por óbvio, um princípio constitucional específico que orienta as previsões constitucionais atinentes à educação, à cultura e ao desporto provavelmente não será aplicado ao capítulo da Constituição que trata dos partidos políticos e vice-versa.

O registro é para demonstrar que não se trata de princípios menores, mas, sim, efetivamente particulares a determinados temas e, por isso, com características próximas das regras jurídicas, principalmente a sua auto-aplicabilidade.

4.3.5 Conceituação atual de princípio

Depois da visão inicial do tema, da apresentação de critérios distintivos, funções (dimensões) e eficácias, de tratar sobre a questão da hierarquia e de expor as classificações mais consistentes no constitucionalismo atual, o tema em estudo merece agora uma tentativa de conceituação de princípio. Para isso, serão visitados alguns doutrinadores, por meio do estudo daquele que se dedicou precipuamente ao assunto (ESPÍNDOLA, 1998, p. 105-169).

Começando com Celso Antônio Bandeira de Mello (1994 apud ESPÍNDOLA, 1998, p. 112-113), princípio é

por definição, mandamento nuclear do sistema, verdadeiro alicerce dele, disposição fundamental que se irradia sobre diferentes normas, compondo-lhes o espírito e servindo de critério para sua exata compreensão e inteligência, exatamente por definir a lógica e a racionalização do sistema normativo, no que lhe confere a tônica e lhe dá sentido harmônico.

Na doutrina de Bonavides (1994 apud ESPÍNDOLA, 1998, p. 128-133), reconheceu e esposou a tese de que os princípios são normas jurídicas e são “pontos de partida que abrem ao desdobramento judicial de um problema”

(ESPÍNDOLA, 1998, p. 130). Prossegue, com base em Perassi, Pergolesi¹², Pugliati e Quadri, dizendo que os princípios fundamentam o sistema jurídico positivo, estão no ápice da pirâmide normativa, proporcionando inteligibilidade e concretização da Constituição, e também compreensão, interpretação e aplicação da ordem jurídica.

Estudando a obra de Cármen Lúcia Antunes da Rocha (1994 apud ESPÍNDOLA, 1998, p. 133-139), verificou que é reconhecida a importância capital dos princípios incluídos na Constituição, considerados por ela pontos cardeais do Direito Constitucional na atualidade. Afirmou, ainda, que sem essa direção dada pelos princípios, o Direito se perde como referência e possibilidade concreta de realização da norma justa. Sua definição é de que são os princípios valores superiores havidos na sociedade, postos como raiz e meta do sistema constitucional. São valores transformados em princípios jurídicos, com normatividade e eficácia plena.

Para os limites necessários a atingir o objetivo deste artigo, mais um autor estudado por Espíndola há de ser mencionado, Canotilho (1992 apud ESPÍNDOLA, p. 172-246). Para este,

Princípios são normas que exigem a realização de algo, da melhor forma possível, de acordo com as possibilidades fáticas e jurídicas. Os princípios não proibem, permitem ou exigem algo em termos de 'tudo ou nada'; impõe a otimização de um direito ou de um bem jurídico, tendo em conta a 'reserva do possível', fática ou jurídica (CANOTILHO, 1992, p. 545 apud ESPÍNDOLA, 1998, p. 195).

Em doutrina atual de Barroso (2006, p. 36), consta também um conceito que merece menção: "Princípios não são, como as regras, comandos imediatamente descritivos de condutas específicas, mas sim normas que consagram determinados valores ou indicam fins públicos a serem realizados por diferentes meios".

Encerra-se com o Professor Paulo Márcio Cruz o rol de autores estudados, o qual propôs o conceito nos seguintes moldes:

Princípios Constitucionais são normas jurídicas caracterizadas por seu grau de abstração e de generalidade, inscritas nos textos constitucionais formais, que estabelecem os valores e indicam a ideologia fundamentais de determinada Sociedade e de seu ordenamento jurídico. A partir deles todas as outras normas devem ser criadas, interpretadas e aplicadas (CRUZ, 2004, p. 106).

12 Registro, quanto a este autor, que na obra de Bonavides está anotada sua idéia de que "as normas são expressão imediata da vontade do corpo social" (PERGOLES, 1949, p. 130 apud BONAVIDES, 2005, p. 275).

Tudo isso em vista, com a proposta pretende-se que o conceito para os princípios que aqui são estudados como espécie do gênero norma jurídica, que ocupa o ápice do ordenamento, com caráter irradiador com relação às demais normas e atos jurídicos, com texturas de generalidade e abstração mais elevadas do que as regras, elaborados em fórmulas que sintetizam um conjunto de idéias, que representam a positividade de valores e ideologias da Sociedade, seja visto, então, como verdadeiro catalizador para compreensão, interpretação, otimização e aplicação do Direito e do justo.

5 CONCLUSÃO

Em uma quadra primeira, os princípios eram encarados apenas como elementos inteiramente abstratos, metafísicos, não pertencentes ao mundo do ser, mas, sim, do dever-ser; contudo, já se os consideravam verdades primeiras, premissas do sistema. Contribuíam para essa confusão os diversos sentidos empregados (verificamos pelo menos seis deles neste trabalho), o que tornava difícil o desenvolvimento científico do conteúdo principal. Os conceitos desenvolvidos pelos juristas tinham como destacado defeito, assim reconhecido atualmente, a ausência do aspecto normativo. Não se tratavam eles, pois, de normas jurídicas com vigência, validade e obrigatoriedade. Contudo, já se encontrava em alguns autores o reconhecimento da dimensão ético-valorativa dos princípios, como postulados de justiça – foi o momento jusnaturalista.

No plano seguinte – momento positivista – foram rechaçados os princípios, desacreditados que estavam por sua derivação axiomática, e ideal de realização do justo da quadra anterior; tinha-se inclusive receio de mencioná-los. Alguns autores chegaram a substituir a denominação por idéia, receosos de vinculação de seus trabalhos ao Direito Natural. Numa segunda fase desse positivismo, houve um certo reflorescimento dos princípios; porém, eram fonte subsidiária, complementar, e não algo que se sobrepusesse à lei. Passou-se a admiti-los tanto quanto eram considerados, como emanções da própria lei, resultado de abstrações sucessivas e generalizações de regras particulares. A falta de reconhecimento da normatividade, contudo, tornava-os irrelevantes juridicamente.

Finalmente, no que se convencionou chamar até agora de pós-positivismo, os princípios passaram a ter reconhecido seu caráter normativo. Separando os conceitos de princípio e regra e admitindo-os como espécies do gênero norma jurídica, foi possível concluir que um sistema jurídico ou

ordenamento não é possível (nem sequer já existiu um antes), razoável ou eficiente apenas com a existência das regras. Isso porque na complexidade atual das relações em sociedade, nenhum conjunto de regras seria suficiente e fechado, e também não poderia passar ao largo dos valores da sociedade sua pauta axiológica¹³, resultado das contradições vividas pela heterogeneidade da vida em comunidade.

Com a normatividade reconhecida, os princípios ganharam positividade, passaram a constar nas Constituições (passaram dos códigos, do direito privado, às constituições, sendo então estudadas por juspublicistas), revestiram-se de vinculatividade, obrigam em suas eficácias positiva e negativa tanto os comportamentos públicos como os privados. A interpretação e a aplicação de outras normas (sejam regras ou outros princípios) agora são ligadas aos princípios constitucionais.

Nem por isso regras e princípios assumiram uma idéia de hierarquia. Pelo contrário, desenvolveram-se estudos que concluíram pela ausência dessa hierarquia. Na verdade, são partes da norma que se complementam, cada qual em seu papel.

Nesse passo, foram expostos os critérios de Dworkin no que tange à aplicação das regras pelo método do tudo ou nada, pois as regras ou são aplicáveis ou não. No aparente conflito, a generalidade, a anterioridade, a especificidade e mesmo a hierarquia (dentre as regras em si) resolvem a situação. Já com relação aos princípios, o método é o do peso ou importância, e os aparentes conflitos são resolvidos por técnica de ponderação, em que há mitigação na aplicação de um ou de outro conflito, porém garantindo um núcleo mínimo que faça conviverem os princípios.

Talvez como resultado do que era a confusão de idéias sobre princípios, o que se verificou foi que na verdade eles são multifuncionais. Em sua face argumentativa, possibilitam o desenvolvimento, a integração e a complementação do Direito. Na fundamentadora, reconhece-se que são fórmulas básicas de interpretação e construção teórica do constitucionalismo. São verdadeiros guias que condensam valores, dão unidade ao sistema e condicionam a atividade do intérprete – vetores de sentido jurídico às demais normas, em sua face interpretativa. Por fim, na face supletiva, integram o direito, preenchendo aparentes ‘vazios’ regulatórios.

13 Registramos que Barroso (2006, p. 29), em artigo recentemente publicado, afirmou que uma “Constituição não é só técnica. Tem de haver, por trás dela, a capacidade de simbolizar conquistas e de mobilizar o imaginário das pessoas para novos avanços”.

Embora todo esse desenvolvimento da principiologia possa deixar preocupados alguns, em especial com o aumento do subjetivismo e a abertura para um decisionismo¹⁴, o fato é que excessos aconteceram em cada uma das quadras históricas estudadas. No pós-positivismo, que estuda essa normatividade atribuída aos princípios, estão em constante aprimoramento estudos para tornar – o mais possível – objetiva a utilização e a ponderação dos princípios, evitando-se o problema referido.

Finalmente, após passar pelos conceitos e caracteres apresentados com designações diversas (funções, dimensões, eficácias, entre outras – o que é característico de uma linguagem de tema em evolução), trabalhar a relação de hierarquia já referida aqui e também visitar classificações que vêm-se desenvolvendo, tudo com intuito de aprimorar e densificar a matéria, procurou-se atribuir a necessária cientificidade ao tema, caractere este que afastará (ao menos por algum tempo, é o que se crê) as especulações que possam derruir essa nova maneira de tratar o constitucionalismo e compreender o ordenamento jurídico.

Por fim, em observância ao que foi proposto de início, foi possível concluir, assim como o fez Cruz (2004, 118), que “os princípios constitucionais não estão, como já foi dito, ‘fora’ do ordenamento jurídico, mas são, isto sim, instrumentos ‘superiores’ para a interpretação, aplicação e mutação constitucional”. A par disso, considerando os elementos reunidos no final do item precedente, em que se ensaiou um conceito para princípios, pretende-se aprofundar o tema o suficiente para instruir adequadamente a fundamentação da dissertação a ser desenvolvida no próximo semestre, em que um dos pilares é justamente o reconhecimento da normatividade dos princípios e a importância de eles serem qualitativamente observados, pois é bastante conhecida a lição de Celso Antônio Bandeira de Mello, lembrada por Chimenti (2005, p. 33), de que

violar um princípio é muito mais grave que transgredir uma norma qualquer. A desatenção ao princípio implica ofensa não apenas a um específico mandamento obrigatório mas a todo o sistema de comandos. É a mais grave forma de ilegalidade ou inconstitucionalidade [...].

14 Para Barroso (2006, p. 30), no pós-positivismo, “A interpretação e aplicação do ordenamento jurídico não de ser inspiradas por uma teoria de justiça, mas não podem comportar voluntarismos ou personalismos, sobretudo os judiciais”.

6 BIBLIOGRAFIA

ASSIS, Wilson Rocha. A normatividade dos princípios e a pós-modernidade . *Jus Navigandi*, Teresina, ano 10, n. 1.011, 8 abr. 2006. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=8212>>. Acesso em: 15 nov. 2006.

BARROSO, Luís Roberto. *Interpretação e aplicação da Constituição: fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora*. 6. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2004. 3. tiragem (2006).

_____. Neoconstitucionalismo e Constitucionalização do Direito: o triunfo tardio do Direito Constitucional no Brasil. *Revista da Escola Nacional da Magistratura*, Brasília, ano I, n. 2, p. 26 a 72, out. 2006.

BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. 17. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito Constitucional*. 6. ed. Coimbra: Almedina, 1995.

CHIMENTI, Ricardo Cunha et al. *Curso de Direito Constitucional*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

CRUZ, Paulo Márcio. *Fundamentos do Direito Constitucional*. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2004. cap. 5.

ESPÍNDOLA, Ruy Samuel. *Conceito de princípios constitucionais: elementos teóricos para uma formulação dogmática constitucionalmente adequada*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

ESSER, Joseph. Grundstaz und Norm in der richterlichen Fortbildung des Provat-rechts. 2. ed. Tübingen, 1964. p. 103. In: BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. 17. ed. São Paulo: Malheiros, 2005. p. 268.

PAES, Arnaldo Boson. *A normatividade dos princípios constitucionais*. Disponível em: <<http://www.trt22.gov.br/institucional/gabinetes/gdabp/estudos/normatividade.pdf>>. Acesso em 16 nov. 2006.

PASOLD, Cesar Luiz. *Prática da pesquisa jurídica: idéias e ferramentas úteis para o pesquisador do Direito*. 9. ed. Florianópolis: OAB Editora, 2005.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 25. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2005.

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ. *Elaboração de trabalhos acadêmico-científicos*, Itajaí, ano 2, n. 4, out. 2004. Disponível em: <<http://www.univali.br>> Acesso em: 31 out. 2005. Pró-Reitoria de Ensino. Cadernos de Ensino. Formação continuada. Ensino superior. Edição especial eletrônica.